



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4682

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Impostos, multas e taxas

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 28/03/2000

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 21/2000. Autoriza o Poder Executivo a conceder remissão de dívida do Imposto Predial e Territorial Urbano de Montes Claros - IPTU aos contribuintes do município e contém outras providências. (Referente à Lei nº 2.833, de 19/04/2000).

**Controle Interno – Caixa:** 13

**Posição:** 29

**Número de folhas:** 09

---

Especie: PL  
Categoria: Imóveis e taxas  
Cl: 13  
Ordem: 29  
nº fls: 06



21/2000

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2000

AUTOR:

PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO:

AUTORIZA A CONCEDER REMISSÃO DE DÍVIDA DO " IPTU"

E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 28/03/2000
- 2 - À COM. LEG. JUSTIÇA
- 3 - APROVADO EM 1º SALVO EMENDA EM
- 4 - 11-04-2000
- 5 - APROVADO EM 2º SALVO EMENDA
- 6 - EM 13-04-2000
- 7 - APROVADO EM 3º EM 18-04-2000
- 8 -
- 9 -
- 10 -

# PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

## PROJETO DE LEI N°

### **AUTORIZA A CONCEDER REMISSÃO DE DÍVIDA DO IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Execultivo Municipal de Montes Claros autorizado a conceder remissão de dívida aos contribuintes que se acharem inadimplentes para com este Município, referente ao IPTU de exercícios anteriores, até o ano de 1999 inclusive.

**Parágrafo Único** - Somente serão beneficiados com a remissão de que trata este artigo os contribuintes que se enquadrarem numa das seguintes condições:

**I** - forem proprietários de um único imóvel, sendo este utilizado para a sua moradia ou de seus familiares, não possuindo o mesmo área de terreno superior a 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) e cuja edificação for de até 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados);

**II** - forem proprietários de um único imóvel não edificado, com área de até 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados).

**Art. 2º** - Para usufruir do benefício de que trata esta Lei, o contribuinte deverá ainda comprovar a quitação total do IPTU referente ao exercício de 2.000.

**Art. 3º** - A remissão de dívida ora concedida restringir-se-á aos imóveis localizados em bairros periféricos desta cidade.

**Art. 4º** - Constatado perante os setores competentes desta Municipalidade o pleno cumprimento das condições previstas nos artigos anteriores, a remissão dar-se-á independentemente de requerimento do beneficiário, sendo concedido a este uma certidão negativa de débitos referente ao mencionado tributo.





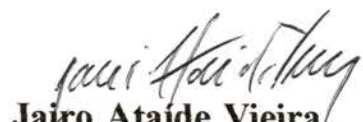
## PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

**Art. 5º** - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até 31 de agosto de 2.000, data em que expira o prazo para a concessão do benefício nela previsto.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros(MG), 27 de março de 2000.

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
6 JUSTIÇA  
EM 29 DE MARÇO DE 2000  
A. Silva  
PRESIDENTE

*É legal e constitucional.*  
*Danilo Macedo*  
*Hilso Junior*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
EM 11 DE ABRIL DE 2000  
A. Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR  
EM 13 DE ABRIL DE 2000  
A. Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR  
EM 18 DE ABRIL DE 2000  
A. Silva  
PRESIDENTE

As COMISSÕES



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA A CONCEDER  
REMISSÃO DE DÍVIDA DO "IPTU" E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Artigo 3º passa a ser:

O contribuinte terá o desconto de 40% para quitação do IPTU de 2000  
até o dia 15 de maio.

Sala das Sessões da Câmara, 06 de abril de 2000-04-06

Vereador Sebastião Ildeu Maia



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 11 DE ABRIL DE 2000  
A. Silva  
PRESIDENTE

É legal e constitucional  
Jairundo Macedo  
Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
EM 11 DE ABRIL DE 2000  
A. Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR  
EM 13 DE ABRIL DE 2000  
A. Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR  
EM 18 DE ABRIL DE 2000  
PRESIDENTE



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA A CONCEDER REMISSÃO DE DÍVIDA DO "IPTU" E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

Altera o Artigo 3º do referido projeto de lei.

Art. 3º - A remissão de dívida ora concedida restringir-se á aos imóveis enquadrados no disposto desta lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 11 de abril de 2000-04-11

Vereador Antônio Soares Silva



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Montes Claros, 27 de março de 2000

**OFÍCIO Nº:** GP/033/2000  
**ASSUNTO:** Encaminhando Projeto de Lei  
**SERVIÇO:** Gabinete do Prefeito

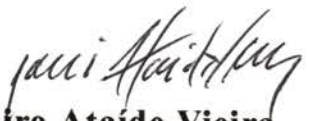
Senhor Presidente,

Estamos encaminhando à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre remissão de dívida aos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Referido projeto objetiva dar oportunidade aos proprietários de imóveis localizados em áreas periféricas de nossa cidade de poderem regularizar sua situação perante o fisco municipal, desde que se enquadrem nas condições previstas no projeto em referência, das quais se pode concluir que esta matéria tem um profundo alcance social, eis que ela irá justamente beneficiar camadas menos favorecidas de nossa comunidade.

Esperando a aprovação dessa Edilidade, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.  
**Vereador Antônio Silveira de Sá**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Montes Claros - MG.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Parecer  
Assessoria Jurídica Legislativa  
Relatório

De autoria do Prefeito Municipal, o projeto de Lei nº \_\_\_\_/200<sup>0</sup> em destaque, “autoriza a conceder remissão de dívida do IPTU” e contém outras providências.

Enviada a proposição a esta assessoria passamos a emitir o seguinte parecer.

Fundamentação

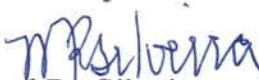
O projeto de Lei em tela, encontra suporte legal no disposto no art. 139 da lei orgânica municipal que diz o seguinte, in verbis:

Art. 139 – Além dos casos previstos no artigo anterior, o município poderá conceder isenção de tributos ou qualquer benefício fiscal, mediante previa autorização judicial.

Conclusão

Diante do exposto, a proposição apresentada pelo Prefeito Municipal é Legal e constitucional.

Sala da assessoria jurídica, 03 de abril de 2000

  
Manoel R. Silveira  
Assessor Jurídico